

Termo de Mútua Cooperação que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE** por meio da Secretaria Municipal Saúde - SMSA e a **PBH ATIVOS S.A.** para a o assessoramento no acompanhamento dos Contratos de Parceria Público-Privada, na modalidade Concessão Administrativa, que estão sob a gestão da SMSA.

O **MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 18.715.383/0001-40, pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMSA, com sede na Avenida Afonso Pena, n.º 2.336, bairro Savassi, CEP 30.130-012, neste ato representado por seu Secretário Jackson Machado Pinto, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e a **PBH ATIVOS S/A**, inscrita no CNPJ sob nº 13.593.766/0001-79, com sede na Av. Getúlio Vargas, 1.245, 12º andar, Funcionários, BH, MG, CEP 30.112-024, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, Sr. Pedro Meneguetti e pelo Diretor de Negócios, Sr. Daniel Rodrigues Nogueira, doravante denominada **PBH ATIVOS**, em conjunto denominados também por **PARTÍCIPIES**, considerando:

- Que o Município de Belo Horizonte, representado pela SMSA, celebrou, em 25 de março de 2012, com a SPE Novo Metropolitano, o Contrato de Concessão Administrativa (Processo n.º 04.001252.10.34) para a delegação de serviços e obras de engenharia e prestação de serviços de apoio não assistenciais necessários ao funcionamento do Hospital Metropolitano de Belo Horizonte, excluídos os serviços assistenciais de saúde;
- Que o Município de Belo Horizonte, representado pela SMSA celebrou em 18 de fevereiro de 2016, com a SPE Saúde Primária BH., o Contrato de Concessão Administrativa (Processo n.º 04.001.226.11.05) para a delegação dos serviços não assistenciais de apoio e infraestrutura para a rede de atenção primária à saúde do Município de Belo Horizonte, precedida de obras de reconstrução e construção de novas unidades;



- Que os citados contratos têm vigência de 20 (vinte) anos;
- Que a Lei Municipal n.º 10.003, de 25 de novembro de 2010 e o Estatuto Social da PBH Ativos S.A., preveem como seu objetivo social auxiliar o Município de Belo Horizonte na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos municipais em geral, agindo somente no sentido de complementar as políticas públicas deliberadas pelos órgãos competentes, não podendo assumir outras funções e/ou responsabilidades da Administração Direta ou Indireta sem que para isso tenha sido contratada ou conveniada, procurando, sempre que possível, obter ganho econômico;
- Que a PBH Ativos S.A. tem também como objeto social, nos termos do inciso VI do art. 2º da Lei n.º 10.003/2010, auxiliar o Município de Belo Horizonte em projetos de concessão e parceria público-privada;
- Por fim, o interesse comum dos PARTÍCIPES, conforme competências legais, em assessorar a gestão dos Contratos de PPP celebrados entre o Município de Belo Horizonte e as SPes Novo Metropolitano e Saúde Primária BH;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO, nos termos das cláusulas que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objeto a mútua cooperação técnica entre os PARTÍCIPES para o acompanhamento da execução dos Contratos de Parceria Público-Privada, por meio de concessão administrativa, que encontram-se sob a gestão da SMSA e que têm como objeto:

- 1.1.1. Construção, Gestão e Operação dos Serviços não Assistenciais do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, com 13 pavimentos e 451 leitos, em 46.857 m²; e
- 1.1.2. Prestação de serviços não assistenciais de apoio e infraestrutura à Rede de Atenção Primária à Saúde, precedida de obras de reconstrução e construção de novas unidades.



Página 2 de 14

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. A obtenção, organização e gestão das informações e dados técnicos relacionados ao Contrato de Concessão necessários ao assessoramento prestado pela PBH Ativos S.A. são de responsabilidade da SMSA, que poderá valer-se do apoio de outros órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

2.2. A PBH Ativos S.A. poderá consolidar as informações prestadas pela SMSA, podendo combiná-las com as informações técnicas disponibilizadas por outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública, sem prejuízo de outras informações obtidas junto a consultores externos eventualmente contratados para esse fim.

2.3. O produto decorrente do assessoramento prestado pela PBH Ativos S.A. não possui natureza vinculativa, considerando que a sua atuação é limitada ao previsto no inciso II do art. 1º do Decreto n.º 15.534/2014, no art. 3º do Decreto n.º 16.694/2017 e no parágrafo único do art. 2º da Lei n.º 10.003/2010.

2.4. A SMSA, na condição de representante do Poder Concedente, é a responsável pela gestão dos Contratos de Concessão e, portanto, pela validação dos produtos oriundos do presente TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO e pelo monitoramento e controle dos seus prazos de entrega, devendo os atos realizados no contrato serem tecnicamente subsidiados pelo seu núcleo setorial de parceria.

2.5. A troca de documentos e informações entre os PARTÍCIPES e terceiros apoiadores da Administração Pública e/ou contratados deverá respeitar o princípio da transparência e da publicidade, resguardados eventuais casos de sigilo oficial.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

3.1. Sem prejuízo de outras atribuições previstas em lei e no presente TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO, **competete à SMSA:**

- 3.1.1. Designar formalmente e manter equipe técnica para participar das atividades de cooperação técnica e realizar as atribuições ora pactuadas;
- 3.1.2. Acompanhar e gerir a execução dos Contratos de Concessão, bem como dos Contratos firmados com o Verificador Independente;
- 3.1.3. Desenvolver e manter em funcionamento registro das principais informações, dados ou aspectos referentes à execução dos contratos;
- 3.1.4. Manter, organizar e, quando demandada, colocar à disposição da PBH Ativos S.A. todas as informações, estudos técnicos e documentos relacionados aos Contratos de Concessão;
- 3.1.5. Comunicar à PBH Ativos S.A. a ocorrência de atos ou fatos que possam comprometer o acompanhamento da adequada gestão dos Contratos de Concessão;
- 3.1.6. Demandar formalmente a PBH Ativos S.A. para o assessoramento econômico-financeiro e/ou jurídico necessário à adequada gestão dos Contratos de Concessão;
- 3.1.7. Promover e realizar reuniões junto à equipe técnica da PBH Ativos para alinhamento dos diversos aspectos da gestão dos Contratos de Concessão, das quais deverá, preferencialmente, ser lavrada a respectiva ata;
- 3.1.8. Encaminhar à Procuradoria Geral do Município – PGM ou ao setor jurídico próprio todos os produtos de natureza jurídica que vierem a ser entregues pela PBH Ativos, quando esta for demandada para auxiliar a SMSA na gestão dos Contratos de Concessão.

3.2. Sem prejuízo de outras atribuições previstas em lei e no presente TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO, **competete à PBH Ativos S.A.:**

- 3.2.1. Designar formalmente e manter equipe técnica para participar das atividades de cooperação técnica e realizar as atribuições ora pactuadas;
- 3.2.2. Prestar assessoramento técnico de natureza econômico-financeira e jurídica, quando demandada, para fins da adequada gestão e acompanhamento dos contratos de concessão pela SMSA, compreendendo, mas não se limitando, à:

I - apoiar a análise jurídica dos Contratos e a interpretação das respectivas cláusulas contratuais para fins de sua adequada



aplicação, ressalvada a competência legal da Procuradoria Geral do Município ou do setor jurídico próprio do partícipe;

II – auxiliar no esclarecimento de dúvidas acerca do cumprimento das obrigações pecuniárias de responsabilidade do Poder Concedente e das Concessionárias, como o pagamento de contraprestações, a estruturação de garantias, a aplicação de sanções pecuniárias e eventuais acerto de contas;

III – apoiar a análise de critérios, procedimentos e valores referentes às receitas acessórias dos serviços concedidos;

IV – auxiliar a SMSA no acompanhamento e execução do cumprimento das obrigações contratuais relativas às condições físicas, operacionais e financeiras da Concessionária durante todo o período da Concessão, incluindo a coordenação do recebimento dos serviços concedidos;

V – apoiar na celebração de termos aditivos decorrentes das necessidades de alterações nos Contratos, inclusive os decorrentes de pleitos de reequilíbrio econômico-financeiros.

3.2.3. Promover e realizar reuniões junto à equipe técnica da SMSA para alinhamento dos diversos aspectos dos Contratos de Concessão, das quais deverá, preferencialmente, ser lavrada a respectiva ata;

3.2.4. Comunicar à SMSA a ocorrência de atos ou fatos que possam comprometer o adequado assessoramento à gestão dos Contratos de Concessão;

3.2.5. Elaborar relatório com a consolidação das despesas incorridas para o desenvolvimento das atividades de assessoramento à gestão dos contratos, o qual será utilizado para fins de definição do reembolso à PBH Ativos S.A. pela SMSA.

3.3. A troca de documentos e informações entre os PARTÍCIPES e terceiros, inclusive as SPEs Novo Metropolitano e Saúde Primária BH, deverá respeitar o princípio da transparência e publicidade, resguardadas as hipóteses legais de sigilo.

3.4. Para cada uma das demandas verificadas, a SMSA deverá acionar a PBH Ativos S.A., por meio de Ofício, que responderá formalmente em documento constando a apuração de horas e valores correspondentes para fins de reembolso.



CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE REEMBOLSO

4.1. O TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO não implica em repasse de recursos a título de remuneração pela SMSA à PBH Ativos, no limite das responsabilidades atribuídas à PBH Ativos na Cláusula Terceira deste Termo.

4.2. A SMSA deverá reembolsar a PBH Ativos S.A. nos termos dos Anexos I e II, partes integrantes deste TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO, e conforme documentos comprobatórios das despesas a serem apresentados à SMSA para conferência e ateste.

4.3. O valor estimado do reembolso para as atividades de assessoramento aos Contratos de Concessão prestadas pela PBH Ativos à SMSA é de R\$268.065,89 (duzentos e sessenta e oito mil, sessenta e cinco reais e oitenta e nove centavos) anuais e R\$1.340.329,45 (um milhão, trezentos e quarenta mil, trezentos e vinte e nove reais e quarenta e cinco centavos) pelo período de 60 (sessenta) meses e contempla as despesas diretas e indiretas incorridas pela PBH Ativos S.A., cujo pagamento deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias contados da entrega do Relatório Final de cada uma das atividades para as quais a PBH Ativos S.A. for acionada.

4.3.1. O valor acima foi mensurado considerando a estimativa de horas a serem utilizadas pela equipe designada para desenvolver as atividades de assessoramento à SMSA na gestão dos Contratos de Concessão durante a vigência do presente TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO.

4.3.2. O valor estimado é apenas uma referência, razão pela qual poderá ser alterado em parte ou na totalidade, o que deverá ser justificado conforme Relatório de Despesa a ser apresentada pela PBH ATIVOS e validada pela SMSA.

4.3.3. Se durante a vigência do TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO os PARTICIPES verificarem que as horas estimadas não serão suficientes para atender às demandas, poderão celebrar um termo aditivo ao presente Termo, estimando novas horas de trabalho e novo valor estimado de reembolso.



4.3.4. Eventuais atividades necessárias à consecução do objeto do presente TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO, que não estejam expressamente previstas neste instrumento como atribuição da PBH ATIVOS, serão previamente acordadas entre os PARTÍCIPIES e poderão implicar reembolso em até 60 (sessenta) dias contados da conclusão da atividade, conforme sua natureza.

4.3.4.1. Eventuais valores que vierem a ser despendidos pela PBH ATIVOS em razão de serviços adicionais não previstos neste Termo, mas necessários para a execução de determinadas atividades voltadas à consecução do objeto deste instrumento jurídico, serão contratados pela PBH ATIVOS, após prévia e expressa anuência da Secretaria de Saúde. Os custos desses serviços contratados pela PBH ATIVOS deverão ser integralmente reembolsados pela Secretaria de Saúde.

4.4. O reembolso à PBH Ativos S.A. das horas efetivamente utilizadas pela equipe designada para desenvolver as atividades de assessoramento será calculado conforme metodologia de cálculo aprovada pelo Conselho de Administração da PBH Ativos S.A., nos termos das Atas de 24 de novembro de 2016 e 25 de outubro de 2018.

4.4.1. Na eventualidade da metodologia de cálculo ser alterada, os PARTÍCIPIES poderão celebrar termo aditivo ao presente TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO.

4.5. Caberá à PBH Ativos S.A. emitir o devido documento de cobrança, a favor da SMSA, para fins de recebimento.

4.6. A despesa decorrente deste TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO será acobertada pela seguinte dotação orçamentária:

2302.3401.10.302.114.2.892.0002.335043.0000.1.02

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO

5.1. O TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) meses, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da lei.

CLÁUSULA SEXTA – DO ENCERRAMENTO

5.1. O TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO poderá ser encerrado em razão



- I. do término do prazo de vigência;
- II. de acordo entre os PARTÍCIPES;
- III. de denúncia unilateral de qualquer dos PARTÍCIPES, por meio de comunicação formal, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias contados do recebimento da comunicação pelo outro PARTÍCIPE não sendo devido o pagamento de indenização ou multa em função da denúncia.

5.2. OS PARTÍCIPES definirão conjuntamente o tratamento a ser dado às atividades de cooperação técnica em andamento, na ocorrência das hipóteses do item 6.1.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

6.1. É de responsabilidade da SMSA proceder à publicação do extrato do instrumento a ser celebrado no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. Aplica-se ao TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO, no que couber, o disposto na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, especialmente o art. 116 do referido diploma legal, bem como o disposto nos arts. 68 e seguintes do Decreto Municipal n.º 10.710, de 28 de junho de 2001.

8.2. Os casos omissos serão sempre que possível resolvidos amigavelmente entre os PARTÍCIPES.

8.3. Constituem anexos ao presente TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO, integrando-o para todos os efeitos de direito:

- I. Anexo I: Plano de Trabalho;
- II. Anexo II: Cronograma Referencial de Execução.



CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1. OS PARTÍCIPIES elegem a comarca de Belo Horizonte/MG para dirimir quaisquer questões decorrentes deste TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO.

E para firmeza e validade de tudo quanto aqui se estipulou, lavra-se o presente TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO, que será assinado pelos PARTÍCIPIES em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas que também o subscrevem, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Belo Horizonte de de 2021.


Jackson Machado Pinto
Secretário Municipal de Saúde


Pedro Meneguetti
Diretor-Presidente
PBH ATIVOS S.A.


Daniel Rodrigues Nogueira
Diretor de Negócios
PBH ATIVOS S.A.


Hércules Guerra
Procurador do Município de
Belo Horizonte
OAB/MG 50.693 - EM 35.250-4

Testemunhas:

1. _____

Nome:

CPF:

2. _____

Nome:

CPF:

ANEXO I - PLANO DE TRABALHO

I - IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO

O TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO tem por objeto a mútua cooperação técnica entre os PARTÍCIPIES para o acompanhamento da execução dos contratos de Parceria Público-Privada, por meio de concessão administrativa, a seguir: (i) Construção, Gestão e Operação dos Serviços não Assistenciais do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, com 13 pavimentos e 451 leitos, em 46.857 m²; e, (ii) Prestação de serviços não assistenciais de apoio e infraestrutura à Rede de Atenção Primária à Saúde, precedida de obras de reconstrução e construção de novas unidades.

II - METAS

Constituem metas a serem alcançadas por meio da cooperação técnica a entrega dos seguintes produtos e serviços:

- I. Assessoramento técnico de natureza jurídica para fins da adequada gestão e acompanhamento dos contratos de Concessão Administrativa especificados no objeto, incluindo a adequada análise dos pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro porventura apresentados e a elaboração de termos aditivos;
- II. Assessoramento técnico de natureza econômico-financeira para fins da adequada gestão e acompanhamento dos contratos de Concessão Administrativa especificados no objeto, incluindo a adequada análise dos pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro porventura apresentados e a elaboração de estudos técnicos necessários para a elaboração de possíveis termos aditivos.

III - ETAPAS DE EXECUÇÃO

O projeto será desenvolvido em 2 etapas independentes entre si e podem, inclusive, serem executadas concomitantemente, conforme descrição a seguir:

Etapa 1: Assessoramento técnico de natureza jurídica ao Contrato de Concessão

ETAPA	Definição	Especificação	Prazo Estimado
1	Análise jurídica do Contrato de Concessão	Análise jurídica do Contrato e a interpretação das respectivas cláusulas contratuais para fins de sua adequada interpretação e aplicação, limitada ao âmbito dos contratos de Concessão Administrativa especificados no objeto e dos termos aditivos já celebrados até a assinatura do TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO, assim como os que ainda virão a ser celebrados durante a sua vigência.	Conforme a demanda e cronograma específico acordado entre os PARTÍCIPIES durante a vigência do TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO

Etapa 2: Assessoramento técnico de natureza econômico-financeira ao Contrato de Concessão

2	Análise econômico-financeira do Contrato	Análise econômico-financeira dos valores do contrato para fins de dirimir dúvidas acerca do cumprimento das obrigações pecuniárias de responsabilidade do Poder Concedente e do Concessionário, como o pagamento de contraprestações, a estruturação de garantias, a aplicação de sanções pecuniárias e eventuais acertos de contas, limitada ao âmbito dos contratos de Concessão Administrativa especificados no objeto e dos termos aditivos já celebrados até a assinatura do TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO, assim como os que ainda virão a ser celebrados durante a sua vigência.	Conforme a demanda e cronograma específico acordado entre os PARTÍCIPIES durante a vigência do TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO
---	--	---	--

IV – PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO


O assessoramento técnico a ser prestado pela PBH Ativos S.A. nos termos do item 3.2 do TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO ensejarão a necessidade de reembolso por parte da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte.

O reembolso seguirá metodologia de cálculo aprovada pelo Conselho de Administração da Empresa, documentado nas Atas de 24 de novembro de 2016 e 25 de outubro de 2018, excluídas as porcentagens referentes ao lucro e a margem operacional, restando somente as despesas diretas e indiretas, as quais serão previamente aprovadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, à medida em que demandar à PBH Ativos S.A. e esta, após entrega do produto, apresentar os documentos comprobatórios da realização dos referidos custos.

V – PREVISÃO DE INÍCIO E FIM DA EXECUÇÃO DO OBJETO, BEM ASSIM DA CONCLUSÃO DAS ETAPAS OU FASES PROGRAMADAS

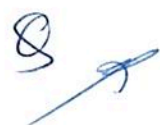
O TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) meses, a contar da data da sua assinatura.

Belo Horizonte, de de 2021.


Jackson Machado Pinto
Secretaria Municipal de Saúde
Pedro Meneguetti
Diretor-Presidente
PBH ATIVOS S.A.
Daniel Rodrigues Nogueira
Diretor de Negócios
PBH ATIVOS S.A.

Anexo II: Cronograma Referencial de Execução

Etapa	Definição	Cronograma				
		Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
1,1	Análise jurídica do Contrato de Concessão					
1,2	Análise econômico-financeira do Contrato de Concessão					
1,3	Apoio à gestão do Contrato de Concessão					



ORÇAMENTO M1 - Econômico-Financeiro					ORÇAMENTO M2 - Jurídico					ORÇAMENTO M3 - DEX				
Prestação de Serviço Cliente Externo					Prestação de Serviço Cliente Externo					Prestação de Serviço Cliente Externo				
Uso	Equipe	alocada	Qtd	Custo Mensal	Uso	Equipe	alocada	Qtd	Custo Mensal	Uso	Equipe	alocada	Qtd	Custo Mensal
5%	Diretor Presidente		1	1.621,16	20%	Assessor Jurídico		1	3.676,18	1%	Gerente Contábil		1	142,59
5%	Diretor de Negócios Cedido		1	1.687,16	10%	Analista Jurídico		1	1.035,59	1%	Analista Contábil		1	103,60
20%	Gerente de Projeto DP		1	4.889,46	0%			0	0,00	1%	Secretária		1	99,31
10%	Gerente de Projeto EP		1	1.714,44	0%			0	0,00	0%	0		0	0,00
20%	Analista Financeiro		1	2.203,13	0%			0	0,00	0%	0		0	0,00
Equipe	Total				Equipe	Total				Equipe	Total			
Custo direto - MDO	R\$	5,00		12.115,36	Custo direto - MDO	R\$			4.712,18	Custo direto - MDO	R\$			245,19
Demais Despesas	un	1,09		1,09	Demais Despesas	un			1,09	Demais Despesas	un			1,09
Custos e Despesas	R\$	1.080,95		1.080,95	Custos e Despesas	R\$			420,43	Custos e Despesas	R\$			21,97
Margem Operacional	un	-		-	Margem Operacional	un			-	Margem Operacional	un			-
Duração do trabalho	Meses	12,00		12,00	Duração do trabalho	Meses			12,00	Duração do trabalho	Meses			12,00
Margem de lucro	un	-		-	Margem de lucro	un			-	Margem de lucro	un			-
Preço líquido do serviço	R\$	158.355,71		158.355,71	Preço líquido do serviço	R\$			61.591,26	Preço líquido do serviço	R\$			3.217,89
Tributos s/ faturamento (PIS, Cofins e ISS)					Tributos s/ faturamento (PIS, Cofins e ISS)					Tributos s/ faturamento (PIS, Cofins e ISS)				
%					%					%				
Preço bruto do serviço					Preço bruto do serviço					Preço bruto do serviço				
R\$					R\$					R\$				
190.217,07					73.981,49					3.865,33				
VALOR TOTAL										R\$ 268.065,89				